

## Racismo republicano e as reações de intelectuais negros no periódico *Cidade do Rio* de José do Patrocínio

*Republican racism and the reactions of black intellectuals in the newspaper Cidade do Rio by José do Patrocínio*



SILVA, Geovan Souza\*

 <https://orcid.org/0009-0000-1396-9046>

**RESUMO:** Este artigo tem como ponto de partida pautar o racismo que aparece em notícias veiculadas no jornal *Cidade do Rio*, do abolicionista José do Patrocínio. O periódico destaca alguns ataques ao proprietário da folha, com colunas de opinião sobre acontecimentos que obtinham contexto racial e outras temáticas que expõem o caráter racista da República recém-instituída. No texto, busca-se perseguir a dimensão global do racismo e a maneira com que intelectuais pretos estão, por vezes, entrelaçados na experiência da luta contra o preconceito de cor durante a República. A bibliografia do texto aponta para as conclusões filosóficas sobre o racismo e em como as experiências de afro-americanos estão frequentemente envoltas de familiaridades, que não são advindas do acaso. No mesmo recorte, faz-se necessário observar denúncias contra as tentativas de se manter indivíduos pretos e pretas em estado de inércia e apagamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pós-Abolição; Racismo; Imprensa; Intelectuais Negros.

**ABSTRACT:** This article has as starting point to address racism as it appears in news reports published in *Cidade do Rio*, the newspaper run by abolitionist José do Patrocínio. The publication highlights attacks against its owner through opinion columns on events with racial contexts and other themes that expose the racist nature of the newly established Republic. The text seeks to explore the global dimension of racism and the ways in which Black intellectuals are, at times, intertwined in the struggle against racial prejudice during the Republican period. The bibliography of the text points to philosophical conclusions about racism and how the experiences of African Americans are often enveloped by familiarities that do not come from chance. In the same excerpt, it is necessary to observe, the article also underscores the necessity of addressing denunciations against attempts to keep Black individuals in a state of inertia and erasure.

**KEYWORDS:** Post-Abolition; Racism; Press; Black Intellectuals.

*Recebido em: 24/06/2024*

*Aprovado em: 22/10/2024*

---

\* Doutorando em História pela UNESP, com orientação da Prof. Doutora Lúcia Helena Oliveira Silva, trabalhando com as temáticas: Cidadania; Raça; Imprensa Negra; Internacionalização; Intelectuais Negros. Atualmente, bolsista CAPES. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) com os temas: Cidadania, Liberdade, Imprensa, Abolicionismo e Escravidão a partir de José do Patrocínio, *Cidade do Rio* (1887-1902), com financiamento pela CNPQ. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – 2020.



“Uma nação é muito mais difícil de governar do que uma fazer; um povo livre não se leva com a mesma facilidade como se administra uma ponta de escravos” (*Cidade do Rio*, 17 de junho de 1895). Assim, Patrocínio<sup>1</sup> terminava uma de suas colunas em que elaborava uma análise do contexto político de 1895, no mês de junho. O jornalista faz uma crítica ampla após as eleições para o Senado, colocando em xeque uma parcela dos republicanos apoiados no novo governo. Patrocínio se referia aos ex-senhores de escravizados que, em sua opinião, precisavam entender a complexidade que seria governar um país em um modelo democrático. Para isso, evidenciava que era preciso mudar os hábitos de quem se acostumara a governar fazendas, que funcionavam sob a lógica comum de um manda e todos obedecem. Na gestão de um governo, havia necessidade de uma mobilização política, o que demandaria diálogo com diversas frentes e, dentre elas, aquelas que antes eram suas subordinadas. A liberdade era uma “nova demanda” naqueles moldes, que não se levaria com “facilidade”, pois era uma qualidade complexa em um Estado democrático republicano. Isso porque a autonomia, conquistada pelos recém-libertos em 13 de maio, que era agora reafirmada com o governo republicano, teria grande complexidade para ser organizada.

Nesse mesmo contexto, no dia 29 de junho – mesmo mês tratado anteriormente – Floriano Peixoto,<sup>2</sup> um dos adversários políticos de Patrocínio, veio a óbito em decorrência de uma cirrose hepática. Tal situação desdobrou um contexto de violência contra Patrocínio e produziu conteúdo para o argumento aqui pretendido para tratar sobre racismo e em como o abolicionista era atacado por diversas frentes. A perspectiva é pensar em como esses contextos, que envolvem ataques físicos e psicológicos direcionados a Patrocínio ou à folha, podem fazer parte de um importante quebra-cabeça do racismo oitocentista.

No dia seguinte à morte de Floriano Peixoto, um grupo de exaltados promoveu uma “desordem na rua do Ouvidor, fazendo da arruaça a sua arma de combate” (*Cidade do Rio*, 17 de junho de 1895). Houve, neste íterim, tiros de revólver despertando conflitos que levaram até a porta da *Cidade do Rio*, onde “desordeiros conhecidos [...] apedrejaram aos gritos de ‘morra’ à nossa redação e de ‘vivas’ ao Marechal que acabava de falecer”. Esse

---

<sup>1</sup> José do Patrocínio (1854–1905) foi uma figura importante na história do Brasil, conhecido, principalmente, por sua atuação como abolicionista, jornalista, escritor e ativista político. Ele nasceu em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, filho de uma mulher negra escravizada e de um padre. Sua trajetória foi marcada pela luta incansável contra a escravidão no Brasil e por seu papel de destaque na campanha abolicionista e dono de jornais importantes como o referido neste trabalho, *Cidade do Rio*.

<sup>2</sup> Floriano Peixoto (1839–1895) foi o segundo presidente do Brasil e uma figura importante na transição do país de monarquia para República. Conhecido como o Marechal de Ferro, ele se destacou por sua atuação militar e por seu papel crucial no início da República brasileira.

episódio mostra quão polêmicas eram as questões das pautas por cidadania que estavam sendo discutidas por Patrocínio e indicava que seus inimigos, mesmo depois de mortos, seriam colocados como símbolos de luta contra as demandas que ele discutia. O ódio que se reproduzia em torno do jornal após a morte de Peixoto era um símbolo dos acirramentos políticos em torno do jornal e um claro sinal de que o periódico seria perseguido de diferentes maneiras. O ocorrido se desdobrou:

[...] onda popular que interveio a nosso favor, não só alarmaram o nosso pessoal tipográfico como a muitas pessoas inermes, que passavam, e que vieram refugiar-se em nossa redação [...] Agradecemos ao grupo de populares que, nesse momento crítico, fez dos seus peitos barricadas contra o punhal e o revolver jacobino, o apoio que nos deram, quando o nosso chefe, na porta da *Cidade do Rio*, rodeado de dois ou três companheiros de trabalho, procurava impedir o ataque de mais de quinhentos exaltados que nos insultavam. [...] Travou-se em nossa porta um verdadeiro combate à arma de fogo, escapando de ser vitimado por uma bala na cabeça o redator político da *Cidade do Rio* e ficando contundidas muitas pessoas que auxiliaram a nossa defesa (*Cidade do Rio*, 30 de junho de 1895).

Há desenhado, neste acontecimento, um episódio violento contra Patrocínio e tudo o que ele representava. O jornalista era um profundo crítico de Floriano Peixoto e de seu governo golpista, instituído no início da República. Algumas críticas veiculadas na folha contra Floriano diziam que este estava “assassinando o Brasil para salvar a ditadura com a mesma humanidade com que Napoleão III assassinava a França para salvar o império” (*Cidade do Rio*, 30 de junho de 1895). Dizia ainda que, em uma confusão durante o ano de governança de Peixoto, um repórter do periódico fora ferido. Os colunistas da *Cidade do Rio* afirmavam que o presidente instituído precisava responder “em que tempos vivemos e até que ponto devemos confiar” no governo (*Cidade do Rio*, 20 de fevereiro de 1893).

Percebe-se que o periódico mobiliza inimigos, mas também estimula fiéis para defender Patrocínio, bem como a folha, mesmo que isso representasse risco de vida. Na confusão, as provocações geraram reações que buscavam proteger, de forma indireta ou direta, os ideais que Patrocínio representava. Antes mesmo do ocorrido de 1895, já havia uma tensão sendo produzida entre as duas figuras centrais e seus seguidores. As motivações para ataques como esse contra Patrocínio se repetiram diversas vezes, ancoradas em um discurso racista, quando se leva em consideração o contexto do *Cidade do Rio*, um jornal preocupado com pautas raciais em torno da população mais pobre. Vale, então, perguntar:

por que esses movimentos de oposição se sentiam à vontade para gritar “morras” a Patrocínio? Haveria um incentivo apenas político e republicano? É possível analisar casos como esse enquanto manifestações do racismo oitocentista que se desdobra em diversos outros países durante o século XIX?

### **O “contrato racial” no Período Republicano**

Por meio dessas questões levantadas, é necessário empreender reflexões sobre o contexto, apurado até aqui, do lugar do racismo dentro da folha e o modo como seus opositores buscaram organizar ataques diretos aos projetos ancorados no jornal. Um trabalho que pode ajudar no desenvolvimento dessa análise é *O contrato racial*, de Charles Mills, que busca entender o conceito de contrato racial a partir da filosofia de Rousseau, Kant e outros (Mills, 1997). O argumento do autor é de que existe um contrato racial, do qual a população negra e não-branca não participa, que exclui suas cidadanias. Charles Mills afirma que:

O objetivo de analisar o contrato não ideal não é ratificá-lo, mas usá-lo para explicar e expor as desigualdades da atual política não ideal e nos ajudar a ver através das teorias e justificativas morais oferecidas em defesa delas. Dá-nos uma espécie de visão de raio-X da verdadeira lógica interna do sistema sociopolítico. Assim, ele faz um trabalho normativo para nós não por meio de seus próprios valores, que são detestáveis, mas nos permitindo entender a história real da política e como esses valores e conceitos funcionaram para racionalizar a opressão, de modo a reformá-los (Mills, 1997, p. 5).

O autor defende, desta forma, que a filosofia política embranquecida não dá conta de analisar as questões da população preta e não-branca. O contrato racial que ele defende existir, divide-se em uma ponte conceitual entre duas áreas segregadas: por um lado, o mundo da ética branca dominante, preocupada com justiça e direitos abstratos; por outro, o pensamento nativo americano e afro-americano, historicamente focado em questões de conquista, imperialismo, colonialismo, colonização branca, direito a terras, raça, racismo e escravidão. Tais questões não aparecem na filosofia política dominante, mas são centrais para a maior parte da população no mundo (Mills, 1997, p. 4). Mills demonstra que as questões apontadas por pretos e pretas estavam tomadas de demandas que a filosofia dos “senhores de engenho” não é capaz de produzir, pois está preocupada com um tipo de cidadania global que abrange somente os seus iguais – brancos. Ele busca produzir uma nova

vertente de análise, que se posiciona criticamente em relação a justificativas oferecidas pela filosofia tradicional para os problemas relacionados a democracia, política, direitos, cidadania, entre outras. De acordo com Mills, tal forma leva a pensar o sistema sócio-político e em como essa esquematização mantém o *status quo* de pessoas brancas em lugares de privilégios, por meio de um contrato racial.

Houve tentativas dos republicanos jacobinos de enquadrar Patrocínio e seus pares em uma vertente que os sufocasse à força do racismo, revelando, assim, a importância da movimentação de uma folha que juntasse pautas em favor da cidadania a partir da atuação de intelectuais afrodescendentes. Intelectuais que produzissem discursos a fim de disputar também o campo político das ideias da população preta oitocentista. Definir esses pensadores como intelectuais já é uma subversão às perspectivas racistas presentes, que tentavam censurar as movimentações de cidadãos pretos e pretas, bem como anular as influências dessas figuras em deslocamento, que foram extremamente malvistas durante o século XIX. A agitação de um homem ou mulher preto fora de um lugar de servidão era uma ofensa às regras sociais evolucionistas ancoradas em Charles Darwin.<sup>3</sup> A grande virtude do contrato racial, segundo Mills, “era que ela fornecia respostas aparentemente diretas, tanto para questões factuais sobre as origens e funcionamento da sociedade e do governo, quanto para questões normativas sobre a justificação de estruturas socioeconômicas e instituições políticas” (Mills, 1997, p. 4).

Qualquer lugar que fosse uma posição de destaque, permanência ou significado para pessoas não-brancas, tornava-se uma ameaça ao contrato racial. E quando os ocupantes desses espaços, como Patrocínio, ousavam questionar as estruturas – no caso, da República da década de 1880 –, sofreriam as represálias advindas das tentativas de questionamento das disposições republicanas. Posições essas que são brancas, baseadas em raízes europeias e positivistas. O autor continua:

O Contrato Racial é aquele conjunto de acordos formais ou informais ou meta-acordos (contratos de nível superior sobre contratos, que estabelecem os limites da validade dos contratos) entre os membros de um subconjunto de humanos, doravante designado por (mudança) “racial” [...] como “brancos” e coextensivos (levando em consideração a diferenciação de gênero) com a classe de pessoas

---

<sup>3</sup> Sobre o tema ver: FANON, Frantz. A experiência vivida do negro. In: \_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 125-220.

completas, para categorizar o restante subconjunto de humanos como “não-brancos” e de um status moral diferente e inferior, subpessoas, de modo que tenham uma posição civil subordinada nas políticas brancas ou governadas por brancos que os brancos já habitam ou estabelecem ou em transações como estranhos a essas políticas [...] mas em qualquer caso o propósito geral do Contrato é sempre o privilégio diferenciado dos brancos como um grupo em relação aos não-brancos como um grupo, a exploração de seus corpos, terras e recursos, e a negação de igualdade de oportunidades socioeconômicas para eles. (Mills, 1997, p. 11)

A intenção inicial, ao trazer a presente argumentação do autor, é a mobilização de dados que ajudem a compreender Patrocínio como um participante dessa classe de não-brancos, que é desqualificado pelos racistas em suas habilidades e posicionamentos. Mills afirma que o propósito do contrato é assegurar as vantagens e privilégios dos cidadãos brancos, mantendo a subordinação dos não-brancos. Esse argumento é também central no trabalho de autoras(es) importantes que pensam o pós-abolição, como Wlamyra Albuquerque e Flávio Gomes, que utilizam desse argumento para pensar o Brasil emancipado. Os grupos conservadores republicanos se organizavam politicamente para que a população negra recém-liberta tivesse uma posição que Mills chama de “posição civil subordinada”, o que não ocorreu no pós-abolição, pois há inúmeras movimentações de populares não-brancos que buscavam construir espaços de reivindicação de seus direitos que não fossem baseados no contrato racial proposto por brancos, mas sim ressignificados a partir dos projetos que estavam sendo colocados no fim do oitocentos.

Faz-se necessário pensar o contrato racial historicamente, compreendendo como esse argumento se aloca dentro de um recorte histórico como o século XIX. Mills busca construir essa posição de que é possível analisar o contrato racial a partir do colonialismo, das viagens de descoberta do Novo Mundo e outros recortes temporais. O que justifica também o uso dessa mesma perspectiva analítica para o recorte do pós-abolição a partir do contrato racial, que “tem a melhor pretensão de ser um fato histórico real. Longe de se perder nas brumas dos tempos, é, de maneira clara, localizável historicamente na série de eventos que marcaram a criação do mundo moderno pelo colonialismo europeu” (Mills, 1997, p. 20). Sobre o século XIX, especificamente, o autor afirma que “a opinião branca convencional assumiu casualmente a validade incontroversa de uma hierarquia de raças ‘superiores’ e ‘inferiores’, ‘mestres’ e ‘súditos’, para as quais, é óbvio, devem ser aplicadas regras diferentes” (Mills, 1997, p. 27).

Esse diagnóstico do autor é um processo transnacional, uma vez que “pode-se dizer que o contrato racial cria uma política branca transnacional, uma comunidade virtual de pessoas ligadas por sua cidadania na Europa em casa e no exterior”. Assim, a ideia de subordinação está presente no Brasil tanto quanto no contexto global, como é possível perceber em diferentes realidades e processos mesmo que anteriores à década de 90 do século XIX.

Prova disso é a experiência de intelectuais negros que se puseram para fora do Brasil e enfrentaram um racismo transnacional dentro de um contrato racial, que é branco independente dos limites de fronteira. André Rebouças,<sup>4</sup> um intelectual próximo de Patrocínio e seu contemporâneo, antes mesmo do 13 de maio de 1888, já entendia que suas liberdades seriam recenseadas por uma estrutura muito maior que ele. Rebouças foi retratado por Coelho Netto<sup>5</sup> em seu romance como um nome importante da imprensa oitocentista, tendo trabalhado como engenheiro para o governo imperial brasileiro. Na *Cidade do Rio*, ele era chamado de “decidido imperialista”, “amigo da família reinante”, e considerado um abolicionista apoiador, com “alma de democrata [...], está em toda obra de liberdade de nossa terra. No *Globo*, colaborou com Quintino Bocayuva; na *Gazeta da Tarde*, com Ferreira de Menezes e, em seguida, foi um dos mais assíduos redatores desse jornal e da *Cidade do Rio*” (*Cidade do Rio*, 17 de maio de 1895). Tal postura demonstra a aproximação desse intelectual preto com uma rede de contatos que passava pelo proprietário do *Cidade do Rio*.

O texto “‘Mr. Perpetual Motion’ enfrente o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição”, de Luciana da Cruz Brito, oferece uma possível leitura da condição de pessoas não-brancas intelectualizadas a uma vista mundial. A autora se preocupa em seguir os passos de Rebouças em uma viagem aos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1870, nos Estados Unidos, mais especificamente em Nova York. Nos EUA, já em seu período de pós-abolição em 1860, trabalhadores brancos lutavam por melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo que expressavam sua antipatia pela

---

<sup>4</sup> André Rebouças (1838–1898) foi um importante engenheiro, abolicionista e intelectual brasileiro, conhecido por seu papel na luta contra a escravidão e por seu trabalho na modernização das infraestruturas do Brasil no século XIX. Ele nasceu em Cachoeira, na Bahia, em uma família de classe média de origem africana, e seu pai, Antônio Pereira Rebouças, foi um advogado influente e também um abolicionista ativo.

<sup>5</sup> Henrique Maximiano Coelho Neto (1864–1934) foi um dos escritores mais prolíficos e influentes do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Ele foi romancista, contista, dramaturgo, cronista, poeta e político, além de um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL).

agenda dos trabalhadores negros (Brito, 2019). Enquanto isso, Rebouças, um jovem engenheiro negro, se preparava para uma viagem como servidor do Império Brasileiro e representante do mesmo. O engenheiro se percebia como um membro das elites intelectuais, pois seu talento, *status* social, habilidades profissionais e sua presença no universo das letras faziam dele – aos seus olhos e de muitos de seus pares – um nome de peso para representar o Brasil em locais importantes como na Europa e nos EUA (Brito, 2019, p. 243). Um dos principais objetivos da pesquisa da autora é entender o cenário social e racial da região norte dos Estados Unidos durante a reconstrução (1865-1877), período de conquistas para a população negra do país, a partir das pistas deixadas por Rebouças (Brito, 2019, p. 245).

O engenheiro esteve no país durante o período do Jim Crow, em que somente homens brancos e de posses poderiam adentrar vagões de trem e navios sem serem arrastados para fora destes espaços. Homens e mulheres negros viajando sozinhos, ainda que na primeira classe, representavam uma ameaça em razão do medo de uma mistura racial: “Compartilhar um vagão, assento com um homem negro, ainda que ele fizesse parte da burguesia, seria um atentado a segurança das mulheres brancas presentes” (Brito, 2019, p. 247).

Ao chegar em Nova York, em 1873, Rebouças encontrou um jogo de forças entre republicanos, muitos deles negros e democratas, ainda infelizes com os avanços no acesso aos direitos conquistados pela população negra. No mesmo período, a cidade ainda convivia com a tensão do século XIX estadunidense, quando a metrópole havia passado por um período de protestos que buscavam democratizar o voto livre dos recém libertos (Brito, 2019, p. 250).

Ao chegar em Nova York sozinho, o viajante não esperava ser tão difícil encontrar pouso. Ouviu várias negativas de diferentes lugares que tentou se recolher, mas sem sucesso. De acordo com Brito,

No Brasil, sendo membro das elites nacionais e protegido por uma rede de amigos poderosos, como a própria família imperial, Rebouças custou a aceitar a fragilidade e a localidade da sua condição, que mudaria fora do território nacional. Ainda de acordo com Spitzer, momentos como esse, de exclusão e rejeição, eram geradores de crises existenciais e incertezas, e pessoas nessa condição “intermediária” questionavam sua identidade, suas escolhas e seu verdadeiro lugar no mundo. No meio dessa possível crise de identidade provocada pela rejeição, Rebouças pode

ter se sentido sozinho e inseguro como se tivesse sido descoberto, semelhante à maneira como se sente (Brito, 2019, p. 250).

O trecho expõe uma série de condições raciais as quais Rebouças estava sujeito, pois esse “não-lugar” na América do Norte não era o que ele encontrava no Brasil, haja vista sua importância política no governo monárquico e para a construção do Estado Nação ao qual trabalhava para fazer crescer.

Todo o contexto vivido por ele constrói uma reflexão importante para a presente pesquisa no entendimento das experiências de mundo de homens negros intelectualizados. Rebouças se surpreende com o tratamento recebido nos EUA, porque no Brasil estava protegido pelos seus pares, sua história estava alicerçada em diversas raízes que, por vezes, poderiam colocá-lo como próximo das classes majoritárias. Entretanto, ao sair de seus espaços de conforto, independente da sua condição de “primeira classe” em seu país, percebe que sua pele o colocaria em condição servil e diminuta diante de um país racialmente dividido, sendo uma divisão prática e estabelecida a partir de leis constitucionalizadas.

A autora aproxima a experiência do cativo, o uso da oratória e da escrita como armas usadas por diversos homens negros, e dentre eles o próprio Rebouças. Ela também cita Luiz Gama como um desses exemplos, afirmando que, por meio dessas ferramentas, existiram armas de denúncia contra os horrores da escravidão e clamores por cidadania. A história de Gama – um dos maiores intelectuais brasileiros do século XIX, atuando como advogado abolicionista desde a década de 1860 –, de Frederick Douglass – um amigo do presidente Grant dos EUA, que também havia sido rejeitado nos hotéis da capital, Washington –, e de André Rebouças deixam óbvias, de acordo com Brito, que a experiência negra nas Américas pode ser muito diversa, “ao mesmo tempo em que, a despeito das barreiras geográficas, todas as suas vidas e experiências eram marcadas pela sua condição racial” (Brito, 2019, p. 254.). Frederick Douglass, de acordo com Luciana Brito,

[...] acreditava que as pessoas que compunham uma burguesia negra eram as maiores vítimas do ódio branco, porque desafiavam lugares raciais e estereótipos, contrariando argumentos de que pessoas negras deveriam estar num determinado lugar racial porque eram inferiores biológica e socialmente (Brito, 2019, p. 254).

Essa afirmação traz uma capacidade analítica para as vivências de Patrocínio, que também podem ser observadas a partir dessa chave, pois o racismo ancorado no contrato racial de Mills produz uma proteção aos privilégios da população branca, que se fecha diante dos argumentos racistas ancorados na ciência do século XIX. Os considerados homens pretos burgueses, que estavam rompendo com as entranhas racistas apenas por permanecerem em espaços majoritariamente brancos, ao mesmo tempo em que desafiavam esses contextos, também se tornavam alvos. Entretanto, a formação de um considerável número desses nomes trabalhados até aqui é advinda de estratégias de liberdade e sobrevivência. As famílias de Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças e outros conviveram com a escravização em seus seios familiares, e essa vivência deu ferramentas importantes de negociação e reivindicação nos momentos em que era necessário enfrentar discriminação, preconceitos e para trafegar em espaços antes exclusivamente brancos dentro do contrato racial.

Nesse sentido, Brito também analisa o suposto silêncio de Rebouças em torno das suas experiências, no exterior, e afirma: “O relativo silêncio de Rebouças a respeito de detalhes da segregação racial na sociedade estadunidense pode também ter sido orientado pela sua estratégia familiar de sobrevivência no mundo dos brancos” (Brito, 2019, p. 257). Dito isto, a percepção das experiências individuais pode ser analisada, coletivamente, quando se pensa nas demandas da população preta recém-liberta no pós-abolição. A escolha calculada de Rebouças de permanecer em silêncio, a despeito das discriminações sofridas por ele, pode demonstrar uma construção que barganha com seus projetos pessoais e coletivos na tentativa de ascender socialmente. Esses recortes privativos tinham, por vezes, objetivos mais amplos.

Exemplo disso é a trajetória de Teodoro Sampaio, que ajuda a perceber os projetos dos pensadores negros no século XIX. Ele foi um homem preto, nascido em 7 de janeiro de 1855, filho de uma escravizada de nome Domingas da Paixão Carmo e um pai padre, chamado Manuel Fernandes Sampaio. Teodoro Sampaio é um dos fundadores do IHGSP, em 1898, instituição que presidiu em 1922. No texto de Wlamyra Albuquerque, “Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)”, a autora afirma que a trajetória de Sampaio permite perceber como um homem de cor, nascido em um contexto escravista, interpretou suas relações que o forjaram no pós-abolição (Albuquerque, 2015, p. 83-99). A preocupação primeira do engenheiro, ainda na década de 1880, foi garantir a compra da alforria de seus três irmãos e a

consolidação da sua carreira como engenheiro (Albuquerque, 2015, p. 83). No seu entender, seu último objetivo citado garantiria a liberdade de seus familiares. Entretanto, a autora afirma que seu contexto o colocava em reduto escravista. Assim, Albuquerque defende que os vínculos que ele mantinha com alguns viscondes informam o quanto ele lançou mão da suposta proteção, bondade e generosidade de grandes senhores de escravos, buscando reafirmar sua própria liberdade. A autora afirma que suas relações demonstram como “um ‘homem de cor’, constituído num dos mais tradicionais redutos escravistas nas Américas, interpretou as conexões e a gramática política que o forjaram como sujeito no pós-abolição” (Albuquerque, 2015, p. 88).

A reflexão inicial busca abranger como homens de cor, por vezes, poderiam buscar se aproximar do branqueamento pretendido pela lógica senhorial, em busca de uma inserção política. O fato deles estarem se movimentando dentro de espaços embranquecidos, poderia “embranquecê-los”. Mas, por vezes, essa pode ser uma leitura rasa das habilidades desses homens e mulheres. No caso de Sampaio, por exemplo, sua presença em lugares políticos importantes não o embranqueceu, como no caso de André Rebouças. Pelo contrário, isso os teria escurecido diante de situações de discriminação.

Wlamyra Albuquerque reproduz um contexto biográfico, narrando um episódio em que Sampaio foi indicado para um cargo de nomeação oficial para trabalhar em uma obra com técnicos americanos. Ele conta, em autobiografia, que os técnicos “não apreciavam a companhia dos homens de cor. Fui, assim, eliminado e experimentei o primeiro espinho do preconceito entre nós” (Albuquerque, 2015, p. 89). É significativo perceber a movimentação desses nomes que são uma referência para sua época e que ousavam frustrar as expectativas racistas, internacionalmente colocadas. E, mesmo que tivessem todas as competências necessárias para ocupar qualquer cargo, ainda assim precisariam lidar com a discriminação e a desconfiança a despeito de sua cor. Brito enfatiza que

Os viajantes negros do século XIX nos fazem perceber a fragilidade da liberdade e da cidadania no mundo pós-abolição e também os diferentes caminhos que foram trilhados nas cidades americanas e europeias para cada uma a seu modo, manter desigualdades. Ao mesmo tempo, a experiência desses viajantes também nos revela como eles e elas questionaram projetos nacionais marcados pela desigualdade e imprimiram seus sonhos e conceitos de igualdade por onde passaram. Ao fim e ao cabo, de um lado ou de outro do Atlântico, o que tanto Rebouças quanto os negros abolicionistas estadunidenses faziam quando viajavam era celebrar sua liberdade e sua autonomia, ao mesmo tempo em que imprimiam

um conceito de cidadania que os contemplasse no período pós-abolição (Brito, 2019, p. 263).

Tal constatação reforça que a experiência de homens pretos não está presa à literatura impressa ou ao jornalismo, de modo que outros meios e fontes históricas poderiam ser citados. A experiência dos afrodescendentes no pós-abolição não se resume apenas aos nichos aqui tratados. Existem diversas movimentações que tocam os espaços das artes, os espaços públicos e privados, bem como os empreendimentos. A experiência de Patrocínio como um empreendedor em seu balão Santa Cruz<sup>6</sup> também traz conteúdo para compreensão das experiências dessa população que expande a leitura do pós-abolição para outros espaços geográficos, científicos e da literatura.

A argumentação, aqui, preocupa-se em compreender a ideia de que esses homens eram pretos e, antes de tudo, eram vistos pela cor da sua pele, o que falaria mais alto que qualquer lugar de destaque dado a eles em diferentes espaços da história. Entretanto, não é o intuito salvá-los ou resguardá-los, até mesmo porque essa não é a função do trabalho historiográfico, mas considerar suas contribuições enquanto atores políticos com transversalidades raciais.

Sampaio, por exemplo, de acordo com Albuquerque, avaliou que a população brasileira tinha uma degradação racial devido à miscigenação, e se aproximou de figuras contraditórias como Rui Barbosa, um grande opositor de Patrocínio (Albuquerque, 2015, p. 94). A autora diz que Sampaio ajudava a entrelaçar uma memória do abolicionismo, que buscava desmobilizar alguns nomes importantes, como o do proprietário da *Cidade do Rio*. Mesmo assim, ela afirma que ele teceu, de modos diferentes, vínculos e acordos políticos, de modo que sua trajetória foi explorada por Rui Barbosa.

Em discurso proferido em 1919, Barbosa anunciou sua candidatura elogiando o processo emancipacionista. Ainda,

[...] agradecia e elogiava o grande engenheiro Teodoro Sampaio, agora aliado importante, que viveu o desmonte do escravismo e a instauração da República tentando desvencilhar sua família do escravismo enquanto reiterava os seus vínculos com grandes proprietários de escravos e seu trânsito às altas autoridades da Corte, inclusive o Imperador (Albuquerque, 2015, p. 95).

---

<sup>6</sup> Balão Santa Cruz foi um dos primeiros empreendimentos de José do Patrocínio em balões, aproximando-o de nomes como Santos Dumont. Foi um empreendimento que o abolicionista investiu seu próprio dinheiro e que também o levou a dificuldades financeiras já no fim da sua vida.

Portanto, é possível perceber como a imagem de Teodoro Sampaio poderia ser explorada por uma perspectiva preta que buscasse ressaltar a importância da sua ocupação dos espaços públicos. Todavia, por conta de sua aproximação de alguns setores republicanos, sua postura seria usada como chave para angariar apoio político e resguardar Rui Barbosa, por exemplo, de acusações de que fosse a favor da escravidão ou qualquer coisa que o valha. Wlamyra Albuquerque comenta:

Ambos eram tratados pelos convivas como os dois mais ilustres baianos da época. No entanto, o emaranhado político e histórico que ligava Rui Barbosa e Teodoro Sampaio no pós-abolição, por certo, foi enredado nas complexas relações sociorraciais e estratégias políticas que constituíram os sujeitos no desmonte de um dos principais redutos do escravismo nas Américas, a Bahia (Albuquerque, 2015, p. 95).

A relação dos dois foi construída dentro de um contexto racista, que, a despeito da análise de Mills, a partir do argumento do contrato racial, manteria direitos da população preta em segundo plano. Em 1890, enquanto ministro da fazenda, Barbosa era criticado por Patrocínio, pois se negava a atender aos pedidos e demandas buscadas pela folha. Dizia o periódico: “Não basta fornecer braços a lavoura: é preciso assegurar-lhe os meios de aproveitá-los e estes são antes de tudo a localização na propriedade agrícola e pagamento de salário” (*Cidade do Rio*, 21 de julho de 1890). O dono do jornal chamava a atenção de Ruy Barbosa – enquanto Ministro na época – para sua função de investir para o combate contra a mão de obra escrava, cessada em 13 de maio de 1888. Ao cobrar um posicionamento do político, o escritor chama atenção para os perigos de que, se isso não fosse produzido da forma como fosse, uma nova escravidão poderia se reestabelecer. Afirmava ainda que “Mas o Sr. Ruy Barbosa, mártir imaginário, sabe tudo e mais alguma coisa e não há de querer prestar-se a aprender” (*Cidade do Rio*, 21 de julho de 1890).

É possível observar a disputa que acontece entre essas figuras e o modo como Sampaio poderia ter sua cor usada como representação de vertentes pretas que “apoiavam a república de Ruy Barbosa”. Para tanto, torna-se plausível observar os diferentes posicionamentos de figuras de lideranças pretas, mas também descobrir as incoerências contidas nos seus discursos. À vista disso, essas ditas incoerências de Patrocínio, a partir do *Cidade do Rio*, produzirão munção para os que divergiam do trabalho do intelectual. Em 14 de fevereiro de 1896, o jornalista se envolve em uma polêmica relacionada à imprensa

monarquista presente no contexto republicano. Em uma coluna assinada por Eduardo Prado, no *Jornal do Comércio*, o colunista afirma que Patrocínio havia pedido a censura para jornais monarquistas de São Paulo (*Jornal do Comércio*, 14 de fevereiro de 1896). Entretanto, ao checar a informação mais de perto em *Cidade do Rio*, é possível acompanhar as afirmações de Patrocínio, que escreveu em uma das principais colunas semanais no periódico, chamada “Semana Política”. É possível observar sua opinião sobre a criação dos núcleos de impressos em São Paulo e no Rio de Janeiro:

A ditadura converteu realmente o Brasil, num lamaçal de sangue e corrupção administrativa. [...] Se não se trata de partido, mas de pátria, venham os ilustres estadistas guiar-nos com a sua experiência, e, purificados pelo batismo republicano, reconstruir uma pátria digna de nós. [...] As meias palavras do manifesto, quanto ao que o Centro vai fazer, diz bem que os ilustres estadistas não confiam muito numa atitude de hostilidade aberta. [...] O patriotismo só aconselha uma coisa: que SS. Exs, como brasileiros, deem ao Brasil a cooperação que ele precisa: a de todos os seus filhos ilustres, para assumir no Sul da América a hegemonia a quem direito [...] não se trata de partido, mas de pátria, venham os ilustres estadistas guiar-nos com a sua experiência, e purificados pelo batismo republicano, reconstruir uma pátria digna de nós (*Cidade do Rio*, 13 de janeiro de 1896).

Ou seja, Patrocínio entendia que deveria existir esses núcleos, pois eles faziam parte da construção republicana do Brasil, porém entendia os riscos desses espaços concedidos aos grupos que poderiam se organizar para derrubar a República recém-instituída por uma ditadura que fora por ele combatida.

Os dois jornais trocaram acusações em outros momentos, sob diversas demandas. Mas especificamente nesse contexto, os colunistas de *Cidade do Rio* buscavam apontar as problemáticas contidas no governo monarquista, ao dizer que aquele fora um período “de alucinação jacobina” (*Cidade do Rio*, 6 de janeiro de 1896), e que o período de ditadura do florianismo foi horrível, mas que não se excederam em barbárie o período da fundação da monarquia do Brasil (*Cidade do Rio*, 6 de janeiro de 1896). Durante a leitura da coluna de 6 de janeiro de 1896, encontra-se a redação confirmando que o governo de Marechal Deodoro, na visão destes, fora uma triste herança da monarquia, e não da República que se instituiu após o fim dos governos autoritários dos primeiros anos após a proclamação do novo regime. O governo instituído teria responsabilidade pelos atos republicanos a partir de Prudente de Moraes, presidente na época. A tentativa do colunista era apontar a ditadura, iniciada com Floriano, como um problema monárquico e não republicano:

A monarquia com seu apherro ao cativo, com a sua política de senhores de escravos, dividindo a nação em classes exploradores e classes exploradas, convertendo o recrutamento em um castigo, preparou dias tristes que a República está atravessando (*Cidade do Rio*, 6 de janeiro de 1896).

Não há identificação de quem assina a coluna. Entretanto, no *Jornal do Comércio*, Eduardo Prado trouxe uma resposta se referindo a José do Patrocínio como escritor do texto, sendo necessário retomar, na íntegra, as afirmações de Prado ao se referir a esta coluna de 6 de janeiro como uma opinião problemática no olhar dos editores do *Jornal do Comércio*:

A imprensa republicana dá ao país, todos os dias, as mais irrefutáveis demonstrações do quanto tem o Brasil retrocedido em civilização nestes últimos seis anos de República. [...] A *Cidade do Rio* publicou, há dias, um artigo que é revelador desse estado de barbarização social a que a República reduziu o Brasil. Nesse artigo, a folha do Sr. José do Patrocínio, increpa ao governo o tolerar a existência da imprensa monarquista de S. Paulo e a função do jornal monárquico que se publica no Rio. E censura o governo pela permissão franca que está dando a tentativas deste gênero. E, não contente em dizer isso, o articulista diz que na Constituição há um artigo que garante a forma de governo e regular e empareda todos os outros artigos e que, desde que a imprensa e o discurso saltem por cima desse primeiro artigo, é caso de se lhes tolhes a faculdade de expressão (*Jornal do Comércio*, 14 de fevereiro de 1896).

Prado retoma algumas afirmações de Patrocínio sobre a imprensa, e coloca o periódico *Cidade do Rio* como parte de uma imprensa republicana que se preocupa em censurar os divergentes monarquistas. Dito isso, há uma interpretação propositalmente equivocada do posicionamento do abolicionista, na opinião de Patrocínio, que esclarecerá a situação em uma coluna. Até para um leitor descuidado, percebe-se que há uma discordância política pertinente ao século XIX, e muito comum entre os jornalistas oitocentistas. Porém, na continuação da escrita, Prado diz:

Eis aí o sr. José do Patrocínio. o homem que só vale pela imprensa, a pedir mordaga para a mesma imprensa. [...] Se o sr. José do Patrocínio chegou a ter no Brasil a notoriedade que lhe dão as suas qualidades de escritor, foi porque teve a felicidade de nascer e viver sob o regime monárquico, que lhe deu, com a liberdade de imprensa, os meios de expandir seu talento. Deve também muito o sr. José do Patrocínio à monarquia: pela tolerância, pela brandura e pelo exemplo desta, foi possível a criação e a conservação, no país, de um estado social e político em que a

cor de um homem nunca foi obstáculo à sua carreira, o que não acontece nas repúblicas americanas (*Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1896).

O colunista busca aproximar Patrocínio da monarquia, como se o sucesso em seus empreendimentos fossem uma dádiva do regime, estando em dívida com esse governo, que então era renegado pelo abolicionista. Prado reforça, ainda, que a cor de Patrocínio não foi um obstáculo para sua trajetória durante o Império, o que, obviamente, é uma interpretação contestável. O colunista continua:

Pois bem! no coração e no espírito daquele homem, para quem a liberdade de imprensa, mais do que para qualquer, devia ser uma coisa sagrada e intangível, no fim de seis anos, desapareceu até a noção dessa liberdade. José do Patrocínio ficou também barbarizado pela República [...] O infeliz homem de imprensa, na cegueira do seu partidarismo, transforma o seu jornal em veículo de denúncia e de delação, e ele, o jornalista, vem sugerir ao governo que persiga a jornalistas. [...] se este é o efeito da República sobre os homens cultos e superiores, qual não deve ser a sua nefasta influência sobre os que não são cultos nem superiores? (*Jornal do Comércio*, 14 de fevereiro de 1896).

A conclusão produzida pelo escritor está cheia de insinuações que ajudam a mapear o caráter racista de diversos articulistas do século XIX. Substantivos como barbarizado, referindo-se a Patrocínio, já demonstram a tentativa de fazer com que os posicionamentos do jornalista fossem desconsiderados, pois este era alguém a ser deixado de lado na produção de ideias, evocando a ideia do que seriam esses seres brutalizados, bestializados. A República estaria corrompendo homens pretos de nefasta influência, e se assim fora com esses, como seria, então, com os libertos iguais a estes, mas que não tinham a influência escrita que estes tinham?

Faz-se necessário compreender o discurso elitizado e racista de Prado. Ao afirmar que havia um perigo na permissão que se dava a pensadores como Patrocínio, o colunista se preocupa com as atitudes libertárias desses intelectuais, porque eles influenciavam estes que “não são cultos nem superiores”. Homens e mulheres afrodescendentes estavam sendo ali citados, intrinsecamente, e havia um receio de que essa capacidade de Patrocínio de pensar de forma independente, ao se aliar às perspectivas republicanas, se alastrasse para recém-libertos que antes, em grande parte, eram fiéis defensores da monarquia, como apontado anteriormente. Na visão dos racistas, o ideal era que esses atores políticos permanecessem passivos diante da sociedade, pois, assim, poderiam mater o contrato racial intacto.

Patrocínio produziu uma coluna que responde aos ataques diretos de Eduardo Prado a ele e sua folha. Em uma coluna endereçada “Ao Sr. Eduardo Prado”, em 17 de janeiro de 1896, Patrocínio produz um texto que buscava denunciar o racismo de Prado. Primeiro, inicia a coluna afirmando que o jornal atribuiu opiniões que ele não externou. Afirmava ter dito o contrário sobre a censura aos jornais: “devíamos recebê-los como a quem tem direito pleitear no campo constitucional da imprensa” (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896). Buscando desmentir o colunista, Patrocínio aponta suas contradições e invenções:

Nunca neguei nem esqueci a liberdade de que sempre gozei no tempo do império e já me tenho penitenciado pública e sinceramente das demasias de minha palavra de propagandista apaixonado contra alguns dos meus adversários. [...] Como poderia eu, que tudo devo a liberdade de imprensa de tribuna, insurgir-me contra ela, pedindo que a profanassem por um interdito inconstitucional! [...] Devo lembrar ao Sr. Eduardo Prado que fui um dos poucos jornalistas que protestaram contra o decreto de 18 de dezembro de 1889, um mês e três dias, após a proclamação da República e apesar do regime ditatorial vigente. [...] Reclamei então, como sempre, que a República se não desonrasse amordaçando a opinião (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896).

No contexto, Patrocínio vê a necessidade de resgatar suas produções políticas, que visavam proteger as condições republicanas constitucionalizadas e sua atuação, historicamente forte contra os excessos da República ditadora de Deodoro da Fonseca. A escrita racista de Prado esquecia da atuação de Patrocínio contra esse contexto que, inclusive, fechou arbitrariamente o periódico, em 1883. O colunista continua:

Com a intenção de ferir um, o sr. Eduardo Prado faz sentir que os homens de cor devem gratidão à monarquia, porque a doçura dos seus costumes fez com que o preconceito os não torturasse, como nas republicas americanas. Não sei bem se o sr. Eduardo Prado quer que eu seja o único homem de cor incumbido de agradecer a monarquia tamanho favor, ou se o ilustre escritor quis decidir-me com o seu exemplo (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896).

Nesse trecho, Patrocínio começa a tipografar uma das suas colunas mais incisivas contra o racismo que presenciava diariamente. Em um esforço de se fazer entender e rebater as violentas afirmações de Prado, ele denuncia que este presumia que homens de cor devessem gratidão à monarquia. Em nossa análise, aqui pretendida, é possível encontrar uma pauta principal de Patrocínio. Uma chave em que, observar este ator político durante o pós-abolição, é vê-lo construir uma liberdade para si, até mesmo em suas posições políticas, afastando-se de uma imagem apoiada no governo monárquico – um método explorado por

outros pensadores. A colocação do abolicionista amplifica a capacidade de análise e atuação desses homens de cor, que não está presa a investigação do isabelismo. Antes, ainda, deve ser produzida a partir de uma perspectiva de liberdade. No trecho citado, Patrocínio busca romper com a ideia de eterna de gratidão à monarquia e reivindica sua liberdade para atuar como um ser político livre:

Quer o Sr. Eduardo Prado um exemplo? Banida a família imperial, um brasileiro, um mulato genial, o grande engenheiro e escritor André Rebouças, abandonou todos os seus interesses, a sua cadeira de lente, os seus mingados haveres, e partiu com a dinastia expatriada. Foi esse homem de coração incomparável quem recebeu de Petrópolis os pequenos princípios e os conduziu a bordo. Tanto [ilegível] surpreendeu a todos: os mais exaltados republicanos admiraram aqueles monarchiemo a Malesherbes. Pois bem, chegada a corte à Lisboa, não foi encomendado aposento para André Rebouças; não fazia parte da comitiva. André Rebouças ficou em companhia dos expatriados porque o Sr. conde de Alzejur, deu-lhe lugar, nos aposentos que lhe haviam sido reservados. Por que semelhante ingratidão com o amigo da última hora, e que se ligava incondicionalmente a corte banida, por motivo da lei de 13 de maio? Responde o Sr. Eduardo Prado (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896).

Patrocínio resgata um episódio com André Rebouças para ilustrar o racismo contido na monarquia, que Prado dizia ser um tipo de oásis para os intelectuais negros. No contexto, Rebouças ficou sem lugar para repousar em uma das viagens com a coroa para Portugal, demonstrando, então, ausência de lugar dos homens de cor durante o reinado. Por isso, Patrocínio termina o trecho dizendo que “é um argumento historicamente sem valor esse do dever que tem o homem de amar a monarquia”. (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896.) Pois como amar o objeto que renegou pretos e pretas?

Há, aqui, uma fissura entre a atuação do dono da *Cidade do Rio* e o Império, que podem ter sido lidas como inerentes uma a outra, ou seja que um fosse dependente do outro. Porém, na escrita, o jornalista demarca seu distanciamento enquanto indivíduo livre, com capacidade de leitura crítica em se posicionar a partir de suas próprias demandas. O colunista afirma: “esquece-se o Sr. Eduardo Prado de que o imperador viveu a escravidão, pela escravidão e para a escravidão?”, denunciando, assim, o caráter escravocrata dos governadores do Império (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896). Ou seja, há uma gratidão, em reconhecimento ao 13 de maio, mas não uma devoção cega ao Império. Por conta disso, Patrocínio recupera fatos históricos dizendo que “não se recorda de que, nas instruções dadas a Brant, Pedro I procurou furtar-se à cláusula imposta à Inglaterra quanto à abolição

do tráfico?”, em clara referência à lei de 1831 que proibia o tráfico de escravizados e foi completamente ignorada pela governança imperial (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896).

No trecho final, o autor acusa o fato de muitos afrodescendentes não se reconhecerem como tal, por conta da profunda manutenção do racismo durante o Império. Sua lembrança aponta para a realidade de que, afirmar-se como homem ou mulher preto ou preta, no pós-abolição, era um risco que poucos buscavam correr. Defender sua cor era proteger sua liberdade, algo que Patrocínio fazia muito antes da República e mesmo durante a monarquia, de que Prado o acusa de se aproveitar.

Bati durante dez anos contra a escravidão e nesse tempo ainda não havia República. Não havia preconceitos, diz o Sr. Eduardo Prado. Como explica o ilustre escritor o horror que tem os mulatos disfarçados de confessar a sua ascendência? Mas... é rebaixar a discussão trazê-la para esse terreno. [...] As águias não se devem confundir com as sanguessugas, que se me apegavam as pernas, desde que eu tive necessidade de entrar no lamaçal do cativo e da ditadura corruptora e sanguinária. Estou pronto a discutir com o Sr. Eduardo Prado. Com uma condição: é que o brilhante panfletário fique à altura do seu merecimento (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896).

### **Cidadania, memória e pós-abolição: narrativas e reivindicações**

Tendo em vista a discussão estabelecida, a polêmica envolvendo os dois escritores permite uma reflexão importante para compreensão do momento pós-abolição. Há um posicionamento por parte do proprietário de *Cidade do Rio*, que constrói um lugar de emancipação diante da monarquia e a ideia de que a imagem desse abolicionista deveria ser acoplada aos defensores do regime. Antes, seria necessário um esforço para se analisar esses indivíduos, agora livres em suas demandas, pois “um povo livre não se leva com a mesma facilidade como se administra uma ponta de escravos” (*Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896).

Um trabalho relevante na tentativa de interpretar os posicionamentos de Patrocínio frente a ataques racista, como esse retratado, é o de Beatriz Nascimento. Em “Uma história feita por mãos negras”, Nascimento defende que trabalhos de pesquisa tratem o povo preto por meio de aspectos raciais e não somente socioeconômicos. Ela afirma que não se pode deixar de lado o fato de que, historicamente, o povo negro foi arrancado de seu habitat, escravizado e violentado, e explica que é necessário retomar o problema da história do negro no Brasil, pensando de forma cuidadosa as características próprias do povo preto. (Nascimento, 2021, p. 34).

Nascimento sustenta que quem estuda o escravismo pensa que entendeu, historicamente, as narrativas das histórias pretas. Tal ponto de vista é percebido na escrita de Eduardo Prado, como uma tentativa de analisar Patrocínio no século XIX, a partir somente das veias escravistas. Porém, esse olhar não dá conta de pensar as diversas camadas que o envolvem, como se sua existência política dependesse somente dessa aproximação devido a uma suposta dívida do mesmo para com o Império. A autora afirma que esse tipo de visão limita as atuações e que, na verdade, o “tempo é que está dentro da história. Não se estuda, no negro que está vivendo, a história vivida. Somos a história viva do preto, não números” (Nascimento, 2021, p. 40). Ela exorta a necessidade de se enxergar os indivíduos racializados como construtores de suas próprias histórias:

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes (Nascimento, 2021, p. 43).

As análises de Beatriz Nascimento são de suma importância para a construção desse artigo, pois pensam as intervenções de Patrocínio à luz de sua identidade racial. Apesar das tentativas de prender sua politização apenas na defesa do fim da escravidão, é possível expandir os olhares para compreensão de que sua atuação não ficou presa aos episódios de racismo, ou à escravidão. Com efeito, sua produção estava ligada à confecção de pensamento do pós-abolição, a partir de ideias que estavam associadas à política republicana e que buscavam liberdade com dignidade para si e para seus pares. Nesse sentido, Beatriz Nascimento afirma:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade à qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, à “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro, e assim adotá-los como seus (Nascimento, 2021, p. 44-45).

No caso de Patrocínio, o vemos como ele é: um ser político, que pôde vivenciar a escravidão e a liberdade instituída constitucionalmente. Ou seja, experimentou esse sofrimento físico e moral citado por Nascimento em dois momentos históricos diferentes.

Patrocínio foi resumido em diversos contextos como um homem negro monarquista, ou um negro de alma branca. Entretanto, cessar a análise das atuações de homens pretos e reduzi-los a uma leitura embranquecida de suas trajetórias é dar munção ao racismo que tanto se denuncia.

Sendo assim, acaba por, então, neutralizar a participação da população preta na construção histórica. Nascimento defende que é necessário que intelectuais pretos e pretas sejam integrados na consciência nacional não como objetos de estudo, como, muitas vezes, pretende a construção de uma história afro-brasileira. Segundo ela, “é necessário falar de nós mesmos não como ‘contribuintes’ nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação” (Nascimento, 2021, p. 48). Essa foi uma movimentação já iniciada no século XIX, por intelectuais, inclusive Patrocínio, que reafirmavam, em diversos momentos, a necessidade da participação histórica dessa parte da população.

Na busca por reivindicar essa movimentação política, anos antes da polêmica com Eduardo Prado, o editorial do *Cidade do Rio* já reivindicava sua participação na formação do Brasil, antes mesmo em momento anterior à proclamação da República. Os colunistas já percebiam que os projetos de cidadania para a população preta eram ignorados pela monarquia e se organizavam para se juntar aos republicanos na construção de uma nova forma de cidadania. Perspectiva que se provaria ilusória com a proclamação da República em 1889. Ainda que a monarquia já estivesse em decadência, e todos estivessem se afastando da lógica imperial, por saber que seu fim estava próximo, as afirmações dos colunistas criavam lugar de destaque para as suas organizações. Em 1889, acompanha-se na folha, em coluna intitulada “Primeiras Palavras”, a seguinte afirmação: “Do mesmo modo que se fingiu abolicionista, para se fazer garantir pelo abolicionismo, o palácio finge-se agora respeitador dos direitos das classes militares para se fazer apoiar por elas” (Cidade do Rio, 10 de junho de 1889).

Essa passagem demonstra a crítica do jornal, que se posicionava contra a adequação do Império de acordo as demandas dos grupos políticos, buscando sobreviver no Brasil que queria expulsar de vez Portugal do controle. O colunista continuou:

[...] vendo-se essa monarquia que passa de mão em mão, como um trambolho: que se entrega hoje, aos abolicionistas; quando está sacramentada e ungida, para ir em seguida convalescer na adulação dos grandes proprietários; que escova o sinal

dos pontapés que leva e no dia seguinte abraça aos que a afrontaram; que não pode viver se não explorando uma classe; a semelhança de um cortiço, não pergunta pela moralidade dos que lá entram e tanto contém gente honrada, como a última ralé; é impossível conter a indignação e adiar por mais tempo o combate de todas as horas e de todos os momentos contra ela (*Cidade do Rio*, 10 de junho de 1889).

Tal contexto coloca em discussão o fato de que antes da proclamação da República já havia escritos que colocavam as demandas particulares dos intelectuais do *Cidade do Rio* em primeiro plano. Sobre isto, Beatriz Nascimento desenvolve o argumento de que tudo o que foi dito sobre o negro, do que lhe foi atribuído, inclusive a sua cultura, “deve ser reexaminado não sob o ponto de vista da ideologia dominante, mas sob o ponto de vista das nossas aspirações e necessidades” (Nascimento, 2021, p. 49), produzindo, assim, uma reflexão antecipada dos atores políticos pretos e pretas.

Em *Cidade do Rio*, apesar de não ser considerado um órgão da imprensa negra, aparecia como pauta de seu editorial denunciar o racismo monárquico e republicano. Na mesma coluna, lê-se: “as reformas que nos prometem é uma cilada à própria liberdade” (*Cidade do Rio*, 10 de junho de 1889). Tal assertiva demonstrava que havia uma leitura de contexto sendo produzida e feita pelos construtores de liberdade, assumindo assim um papel de protagonismo de suas próprias histórias, de modo que a coluna termina com a seguinte afirmação: “A história tem sua lógica, e esta não se curva ao interesse dos reis” (*Cidade do Rio*, 10 de junho de 1889). Tal colocação era melindrosa, mas contagiava todo o editorial do periódico antes da Proclamação da República.

Essas afirmações, antes do ocorrido com Eduardo Prado, apontam para a capacidade analítica de Patrocínio de fazer um movimento que Nascimento apontou como essencial para as análises dos caminhos afro-brasileiros:

Ou seja, se não estamos somente repetindo os conceitos do dominador sem nos perguntarmos se isso corresponde ou não à nossa visão das coisas, se esses conceitos são uma prática, e, caso sejam uma prática, se isso é satisfatório para o negro. Somos aceitos por quem? Para quê? O que muda ser aceito? O que é ser igual? A quem ser igual? É possível ser igual? Para quê ser igual? (Nascimento, 2021, p. 48).

Mesmo a despeito do anacronismo que se pode acusar – pois Nascimento fala a partir do contexto do século XX e Patrocínio está um século antes –, é necessário perceber

que Nascimento e Patrocínio escrevem em recortes diferentes, mas falam de lutas que estão presentes no pós-abolição dos dois intelectuais.<sup>7</sup> As perguntas que a autora faz provocam o presente e o passado ao pensar nas fontes desse trabalho, pois se faz necessário entender que, ao questionar os poderes, filiar-se a outros e ousar desafiar o *status quo*, o jornalista, bem como seus pares que escreviam na folha, mostravam preocupação com um futuro a ser construído a partir de questionamentos que perpassam a ponderação de Nascimento: ser aceito por quem? Para quê? A custo de quais demandas? Sendo essas perguntas essenciais no pós-emancipação.

A partir das reflexões produzidas até aqui, é possível perceber que o racismo altera suas formas de acordo com o contexto histórico. Durante a monarquia, existiam ferramentas de manutenção da discriminação que foram sendo reestabelecidas na República com uma nova roupagem. Nas campanhas políticas, por exemplo, existiam movimentos que deixavam rastros do racismo. No governo de Prudente de Moraes, numa tentativa de contestar a influência eleitoral do candidato Campos Salles, o jornal *A República* dizia que ele era um percalço para a República. Em contrapartida, *Cidade do Rio* afirmava que o jornal buscava emplacar seu candidato a presidente, Francisco Glycério, afirmando-o como o único estadista brasileiro produzido por instituições republicanas (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897).

A partir disso, os colunistas da folha de Patrocínio afirmavam que não poderiam permitir a colocação feita, pois o jornal *A República* havia feito uma alusão difamatória e racista em relação à aparência de Campos Salles, procurando rebaixar a raça africana, citando seus lábios carnudos. A colocação foi rebatida na lembrança de que Francisco Glycério também tinha em sua ascendência linhagem africana e argumenta que “munca, porém, apuramos com S. Ex. a sua mestiçagem, mesmo porque muitos dos nossos grandes homens e a história nacional não deixa de repetir com orgulhos os nomes como André Rebouças, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, Salles Torres Homem”, que, de acordo com o jornal, seriam mais relevantes que Glycério na construção do Estado Brasileiro (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897). O impresso desenvolve a ideia de que no Brasil há um grande cruzamento étnico e este era um fato ao qual Glycério estava também relacionado. Por isso,

---

<sup>7</sup> Nesse trabalho, entende-se o pós-abolição como um campo que não termina no 13 de maio de 1888, e sim como uma luta presente e que perdura por séculos na história do Brasil. Sobre o tema consultar: DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

o racismo advindo do jornal que o defendia era impraticável, e os nomes de políticos pretos comprovavam a versão dita (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897).

A partir desse contexto político, o editorial desenvolve o racismo que envolvia a campanha contra Campos Salles, pois o jornal *A República* estava rebaixando a raça africana, tornando-a ridícula. Na coluna, pode-se acompanhar a afirmação:

Quem escreve estas linhas é mulato e vê se na obrigação de repudiar a insinuação afrontosa para uma raça, que só continua a ser tratada desdenhosamente entre nós, porque tem tido a infelicidade de ver enxertados no seu tronco capadócios da laia do Sr. Glycerio, que a desnatura moralmente e a deprime intelectualmente (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897).

Com esta situação, já se consegue assistir duas dimensões relevantes: a primeira delas é o fato de que existem pretos e pretas escrevendo no *Cidade do Rio*, como já era possível desconfiar pela atuação de Patrocínio e pelas demandas contidas no periódico. E, a segunda, a partir desse olhar da experiência, levantado por Beatriz Nascimento, a capacidade desses atores políticos de apostarem em suas trajetórias políticas para tecer críticas ao momento histórico em que viviam, quase como uma ofensa pessoal às suas capacidades.

A coluna afirma que não é de seu interesse marcar Campos Salles como mestiço, reforçando, assim, que “o que queremos deixar patente é o preconceito” que permite que no jornal *A República* se julgue os méritos políticos dos indivíduos pela cor da pele, denunciando o posicionamento racista da imprensa republicana de 1897 (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897). O colunista diz que haviam abolicionistas durante o Império que não se reconheciam como afrodescendentes, para que não se suspeitasse que eles possuíam pais ou avós escravizados, denunciando que este era um problema a ser explorado durante a República. O fato de muitos chamados pelo jornal de mulatos não se reconhecerem como tal, era um resquício do período escravocrata, de acordo com o autor da coluna, que dizia: “o Sr. Glycério está concorrendo incessantemente para agravar um estado mental criado pela escravidão e que só por uma ação contínua e profunda da civilização poderá ser destruído” (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897). De modo que este estado mental residia na falta de autoidentificação dos negros e negras em se reconhecerem como descendentes de africanos. Ao final da afirmação, o colunista cita a necessidade de ações contínuas, ou

seja, projetos de nação que reivindicassem essas identidades. Havia dificuldade de fazer com que essa população preta se reconhecesse como tal e organizasse sua cidadania a partir disso.

Na conclusão, o jornal especifica o ideal de que o racismo seria destruído por meio de um profundo processo civilizatório. Deixavam óbvia a defesa de que existiam ideias organizativas de erradicação do racismo em uma sociedade idealizada por eles, o que, para muitos que ali escreviam, seria um processo a ser produzido na República. A empreitada crítica do jornal termina com o apontamento da folha de Patrocínio:

Lembre-se o sr. Glycerio de que, se a mistura de sangue africano, em maior ou menor grau, diminui os direitos políticos, e limita logicamente direito de aspirar aos cargos públicos, sr. Ex. Que com certeza lambeu-se em pequeno com os “manuês” da vovó e brincou muito com a sua rodilha de pano da costa, não pode ser mais que correio de ministro, ou servente de secretaria (*Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897).

Neste trecho, há um ataque direto a Glycério, onde se lê que, se as afirmações racistas do mesmo estivessem corretas, ele sequer poderia exercer o cargo de Ministro da Agricultura que ocupava na época, produzindo, assim, denúncia vigorosa à ideia de que o sangue africano era um problema a ser combatido no Brasil. Antes, ainda, o periódico convidava que este fosse motivo de orgulho àqueles que se identificavam. Glycério não escaparia de sua própria ascendência, pois, no Brasil da época, já havia uma miscigenação que impedia a dita pureza de raça – argumento racista defendido por muitos oitocentistas. No pós-abolição, essa tratativa se colocava em um contexto que buscava embranquecer sua população com a imigração, por exemplo. E se era um desejo eugenista de forma ampla, o era ainda mais com a classe política representativa desses indivíduos, como José do Patrocínio. Era necessário embranquecer os representantes políticos para fazer o mesmo com os recém-libertos.

A partir disso, é possível perceber, no jornal, um contexto em que se acusava o Estado republicano de se organizar a favor das práticas racistas, algo comum aos ideais propostos, mas que seriam duramente combatidos pela parte organizada da sociedade, como foi o caso da folha de Patrocínio. Apenas pelo fato de citar a África como um motivo do qual devia se orgulhar no Brasil, colocava o periódico dentro de discussões que cresciam

no país e que tocam em perspectivas pan-africanistas<sup>8</sup>, por exemplo. Dadas as suas proporções e distanciamentos, não deixam de ser ideias importantes contra o racismo oitocentista e que dialogavam internacionalmente.

Ainda nesta reflexão, verifica-se que a ideia dos grupos que estava no poder era apagar a influência africana no Brasil e esconder a qualquer custo a presença dos afrodescendentes nos espaços. Dito isto, em uma notícia de 1899, em 31 de julho, o jornal descreve um ofício que afirmava: “ordem do Sr. Chefe do estado-maior general da armada, para tripular com 60 praças, homens fortes, de cor branca ou caboclos [...] que tem de desembarcar o presidente da República” (*Cidade do Rio*, 31 de julho de 1899). O escrito transcrevia uma ordem da tripulação que receberia o presidente da Argentina, para que uma tropa fosse formada apenas por brancos ou pelos chamados caboclos. No mesmo texto que denunciou a ordem, os colunistas apontam para o preconceito de cor contido no fato de mobilizar homens de cor para “derramarem o seu sangue pela defesa das instituições” (*Cidade do Rio*, 31 de julho de 1899). Não há preocupação com a cor dos convocados, que eram, inclusive, maioria em números, mas em um evento público faziam questões de excluí-los. A ação de receber a maior figura pública da República Argentina sem a presença de homens pretos é um exame dos projetos que estavam em voga em 1899, já na virada para o próximo século, não somente no Brasil, mas em outros países da América do Sul.<sup>9</sup>

Como feito antes com Francisco Glycerio, a tentativa era de esconder as heranças afro-brasileiras com as capas da República. No caso, o objetivo final era maquiagem ou esconder os pretos e pretas dos momentos importantes da história do país e de suas próprias narrativas de relevância para a construção do Estado. O jornal reproduz que

É uma provocação essa resistência do preconceito que faz acreditar que a república não é se não um fruto venenoso do escravismo e contra ela se deve levantar todo homem de brio, que se não envergonha de descender da raça sofredora e que desde o primeiro cruzamento, demonstra que é capaz de assimilar todas as faculdades, que se atribuem a raças privilegiadas. [...] Presume o governo que s. Ex. não conhece a etnologia brasileira e pretende engana-lo exibindo-lhe somente brancos e caboclos? (*Cidade do Rio*, 31 de julho de 1899).

---

<sup>8</sup> O pan-africanismo é um movimento presente no século XIX e XX e disserta sobre diferentes perspectivas, como por exemplo a volta de descendentes do continente africano e a união desses ideais em torno de maiores direitos para a população negra em diáspora.

<sup>9</sup> Sobre o assunto ver: SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. 2017. 279p. Tese (Doutorado em História – Departamento de História – UFRGS, Porto Alegre, 2017).

De acordo com o jornal, o objetivo era enganar o governo argentino sobre a verdadeira identidade do Brasil. Nesse sentido, afirmavam: “temos, porém, certeza de que não são os argentinos que nos exigem essa seleção de raças; é a tolice dos mulatos envergonhados, que se presumem de raça pura” (*Cidade do Rio*, 31 de julho de 1899). A coluna não recebe identificação de quem escreveu, mas o articulista afirma que quem o teria escrito não tinha constrangimento por “ser mulato e descendentes de negros-minas”, resgatando a experiência de si para construir a crítica contra o contexto do racismo.

A coluna conclui ser importante fazer cruzada contra a República dos brancos e dos caboclos “se ela se permitir a liberdade de insultar os mulatos e os negros”. Afirmava, ainda, que as organizações abolicionistas contra a escravidão deveriam organizar uma demanda contra a “república dos brancos e caboclos” e não somente contra a República. Desse modo, dimensionava a constatação do ideal do branqueamento republicano, e defendia uma República que incluísse a população preta e seus descendentes.

É possível pensar, pelas notícias do impresso, que as organizações republicanas tentavam esconder os pretos e pretas da História do Brasil, tentativa esta que vem sendo revisitada por uma série de novos conceitos e pela inserção de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras no âmbito científico.<sup>10</sup>

Um dos trabalhos que aponta essa movimentação é o texto “Coleção Personagens do Pós-Abolição – Monteiro Lopes e Eduardo das Neves” (Abreu; Dantas, 2020). Nele, Martha Abreu e Carolina Dantas trazem a contribuição de personagens que, apesar de importantes para a história republicana do Brasil, tiveram suas vidas silenciadas, esquecidas ou não reconhecidas (Abreu; Dantas, 2020, p. 9): “Foram homens e mulheres marcados pela condição racial e de gênero que levantaram bandeiras antirracistas e atuaram na transformação das possibilidades de exercício da cidadania da população negra no Brasil” (Abreu; Dantas, 2020, p. 17). Essa demarcação colabora na compreensão dos poderes simbólicos, gerados na História da República, que tentaram apagar a atuação de cidadãos como precursores de diversas lutas por cidadania após a escravidão, como visto na manobra dos escolhidos para representar a guarda do Brasil para o presidente da Argentina.

---

<sup>10</sup> Sobre o tema ver: GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Ao se constitucionalizar a emancipação, negros e negras não desapareceram do Brasil. A reflexão que se faz é que houve um apagamento de narrativas e oportunidades para libertos e libertas. Entretanto, isso não impediu que muitas pessoas atuassem como seres políticos que cobravam seus direitos como cidadãos cariocas e brasileiros. Várias dessas narrativas não foram tratadas como relevantes na história da formação do Brasil republicano. Martha Abreu e Carolina Dantas afirmam que:

Por muito tempo nos acostumamos a enxergar a Primeira República (1889-1930) como um período negativo – por isso ficou conhecida como República Velha – no que diz respeito ao exercício da cidadania da população, seja em termos da participação política eleitoral ou do direito a expressões culturais próprias e distantes dos valores europeus. Estamos habituados a versões históricas sobre a Primeira República – ainda presentes nos livros didáticos – que defendem o domínio quase absoluto de políticas voltas para a europeização dos costumes e para a repressão aos movimentos políticos, sociais e culturais dos setores populares e negros. Se, de fato, essas políticas foram reais e marcantes, elas não foram a única história desse período” (Abreu; Dantas; 2020, p. 17).

E se essas versões estão sendo produzidas, elas são resultado de investigações que avançam para além das leituras tradicionais das estruturas formadas na República. Observamos que, ao criar uma tradição inventada de branqueamento, servindo de discussões do racismo científico, buscou-se tirar o protagonismo de indivíduos afrodescendentes. Sendo assim, é sumamente importante explorar as produções negras para ampliar o entendimento da história do Brasil, que, por vezes, é vista somente a partir da ótica imigrante, branca e masculina.

## Referências

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. Monteiro Lopes e Eduardo das Neves. Histórias Não Contadas da Primeira República. *Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano*, ed. 1. Editora UFF, 2020. Disponível em: <[www.eduff.uff.br//index.php/catalogo/livros/961-monteiro-lopes-e-eduardo-das-neves](http://www.eduff.uff.br//index.php/catalogo/livros/961-monteiro-lopes-e-eduardo-das-neves)>. Acesso em: 5 de agosto de 2021.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, 2015, p. 83-99.

BRITO, Luciana. “Mr. Perpetual Motion” enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. *Revista Estudos Históricos*, n. 32 (66), 2019.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: Saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MILLS, Charles. *The Racial Contract*. Nova Iorque: Cornell University, 1997.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)*. 2017. Tese (Doutorado em História – Departamento de História – UFRGS), Porto Alegre, 2017.

### **Fontes - Periódicos (Biblioteca Nacional)**

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro. Ed. 163. 21 de julho de 1890.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro. Ed. A297. 17 de maio de 1895.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. 43. 20 de fevereiro de 1893.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. 341, 30 de junho de 1895.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. 328. 17 de junho de 1895.

*Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, Ed. 13. 13 de janeiro de 1896.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. 6. 6 de janeiro de 1896.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. 129. 10 de junho de 1889.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. B031. 3 de novembro de 1897.

*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, Ed. 181. 31 de julho de 1899.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, Ed. 45. 14 de fevereiro de 1896.